

A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo

Luís Antônio Cardoso

Introdução

Ao longo dos últimos quarenta anos, o debate sociológico tem sido impactado por um conjunto de autores e teses que vem propondo o fim da categoria trabalho como uma categoria central no pensamento social. De fato, as últimas transformações presenciadas na economia, nos processos produtivos e no trabalho contribuíram significativamente para o avançamento desse movimento, levando diversos autores isolados e Escolas a refletirem e teorizarem sobre as mudanças em curso em nossa sociedade.

Este artigo tem como objetivo, pois, explorar e fazer um mapeamento crítico das principais correntes e autores que contribuíram para o desenvolvimento desse debate, identificando suas principais teses e argumentos críticos.

Para isso, o artigo estrutura-se em duas seções ou partes distintas. Na primeira, denominada “A centralidade da categoria trabalho no pensamento social”, realizamos uma abordagem introdutória sobre a questão da centralidade da categoria trabalho na construção do pensamento ou teoria social. Discorre-se aqui sobre como a categoria trabalho é importante desde a fase anterior à fundação da sociologia até a consolidação desta em sua fase clássica. São evocadas as principais ideias sobre o trabalho e sua constituição como importante mecanismo de análise do social. Na segunda e última parte, intitulada “A perda da centralidade do trabalho e suas visões”, discorreremos sobre

o movimento de tentativa de descentralização da categoria trabalho no pensamento social que se desenvolve no final do século XX, contextualizando-o no conjunto desse debate. Em seguida, expomos as cinco grandes teses que consideramos as mais importantes no contexto desse movimento teórico. Por fim, fechamos o artigo com uma breve conclusão, na qual são expostas nossas considerações e questões mais imediatas.

A centralidade da categoria trabalho no pensamento social

A categoria trabalho sempre ocupou um lugar preponderante e central desde a formação e o desenvolvimento do pensamento sociológico, isto é, desde o surgimento da sociologia.

Na construção do método da análise sociológica, a redução da realidade social ao constructo *categoria* permitiu à sociologia operar e classificar as complexas manifestações do social. Portanto, na medida em que a sociedade ocidental, transformada pela revolução industrial e pelo capitalismo, se desenvolveu e fez do trabalho sua principal mercadoria e o mecanismo de geração de valor e de alavanca para o processo de acumulação capitalista, o trabalho se impôs como categoria central e fundamental para o entendimento dessa sociedade.

Não obstante a importância da categoria trabalho desde os primórdios do pensamento social, um conjunto significativo de pensadores, anteriores ao nascimento da sociologia, já destacava o trabalho como um elemento central e de grande importância para o entendimento do indivíduo na vida social.

Dentre esses pensadores, Hegel destacou-se como um dos mais importantes. Em seu sistema filosófico, elaborou uma verdadeira *gramática* na qual via o trabalho como um importante elemento para a análise do homem em relação à natureza e à formação da consciência. Em sua abordagem, além de perceber o trabalho como fonte de toda a riqueza e de toda a civilização, também o considerava um processo de exteriorização dialética do sujeito.

Desde os escritos de Iena, nos primeiros anos do século XIX, Hegel sustentou a tese segundo a qual, na relação do homem com a natureza, o trabalho funciona como elemento mediador, fornecendo o suporte para a formação de uma consciência no homem. Em outras palavras, é através do trabalho que o homem é capaz de decodificar a natureza de modo a aproveitá-la instrumentalmente. O trabalho, portanto, funciona como uma ação intencional, consciente e reflexiva, capaz de libertar o homem da tirania da natureza (cf. Hegel, 1982).

Não obstante, essa ideia fundamentou o sistema de necessidades pelo qual Hegel deu sentido à sua tese da sociedade civil. Nesta, o trabalho é pensado como elemento de mediação entre as necessidades subjetivas e as necessidades do outro. Mais precisamente, os produtos do trabalho funcionam como mediadores entre esses dois polos, uma vez que as necessidades do outro também assumem um *status* de necessidade pessoal. A satisfação de uma necessidade subjetiva somente se faz possível na medida em que o trabalho adquire envergadura social, isto é, geral. Desse sistema de necessidades, segundo Hegel, nasce o princípio da divisão do trabalho e, assim, a noção de sociedade civil. Logo, desse ponto de vista da abordagem hegeliana, o *social* consiste em uma manifestação na qual o homem se liberta das necessidades naturais. E, assim, pelo trabalho, “o homem se faz a si mesmo no interior de uma necessidade feita por ele mesmo” (Naville, 1970, p. 32). Ainda se poderia dizer que, em se fazendo coisa (*sich zum Dinge machen*) pelo trabalho, fazendo ato de vontade refletida, o homem participa das transformações do mundo e se envolve ao mesmo tempo em um universo de seres humanos e não humanos que formam o hábito de sua vida.

Sem deixar de considerar a complexidade e as controvérsias do sistema filosófico elaborado por Hegel, foi enorme sua importância para o entendimento do trabalho na formação do pensamento social, na medida em que sua abordagem permitiu analisar o trabalho em relação a dois polos distintos: tanto de exteriorização do sujeito quanto de interiorização do social.

Como processo de exteriorização do sujeito, o trabalho caracteriza-se, concomitantemente, como *separação e fusão*, negação e negação da negação. De um lado, o homem afirma-se ontologicamente por sua capacidade de recusa (separação, negação). De outro, ele atinge a plena e inteira satisfação na sua condição de trabalhador, uma vez que, pelo resultado de seu labor e pelas interações que este último promove, constrói um universo comum que unifica as coisas e os homens (fusão, negação da negação).

Em relação ao outro polo, isto é, o trabalho como interiorização do social, a abordagem hegeliana também atua sob o enfoque da dialética negativa. Enquanto ser no mundo, o sujeito nele se institui por um movimento de ruptura (negação), que o conduz da mônada física, isto é, da substância simples, ao estado do indivíduo social. Desconhecedor do tempo e das contradições, a psique instrui o sujeito originário e, assim, a identidade mostra-se preliminarmente como sensação, percepção, representação. A instituição do indivíduo social toma forma, em seguida, pela imposição contínua dos princípios e das imagens exteriores e heterogêneas à psique.

A instituição do indivíduo ocorre concomitantemente à instituição da sociedade, e, nesse sentido, as *mediações cognitivas* acabam por exercer um papel fundamental no processo de socialização. Assim, duas componentes da instituição se mostram importantes: a primeira, a *Weltanschauung*, isto é, a percepção de mundo, comum às significações imaginárias que fundam a sociedade; a segunda, por outro lado, reporta-se às *regras*, uma vez que, como mediações cognitivas, se mostram constitutivas dos fatos sociais, bem como servem de instrumento para a garantia do espírito de disciplina e o equilíbrio da sociedade (cf. Castoriadis, 1975, p. 184).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o trabalho se comporta como experiência portadora de esquemas cognitivos do valor instituidor (negação), este assume um caráter dialético ao se comportar como elemento de *interação* (negação da negação). A instituição do indivíduo social refere-se não somente a uma apropriação do mundo sob forma de imagens e de regras, mas também pelo fato de que pressupõe um envolvimento ativo do sujeito, o qual constrói sua identidade opondo-se aos significados do outro. A identidade constitui-se como condição do processo de socialização, processo sequencial por meio do qual o ego apreende o mundo das comunidades existentes, bem como seleciona o conjunto de papéis nos quais ele se investe. Essa dialética hegeliana do reconhecimento pelas interações mostra que a vida social não é governada tanto pela preocupação de se defender do outro, mas, muito pelo contrário, de se fazer reconhecer por ele. Nesse sentido, tal como Hegel deixou representado na dialética do senhor e do escravo, o trabalho permite ao indivíduo operar esse reconhecimento, permite ao homem tomar consciência de sua própria existência, de afirmar seu domínio sobre a natureza e sobre as coisas e, *in fine*, de operar em favor de uma transformação das relações sociais (cf. Hegel, 1991, p. 156).

Anos mais tarde, a partir de meados do século XIX, com a fundação da sociologia e a estruturação da moderna teoria social, o trabalho veio a despontar como uma de suas principais preocupações, ocupando o lugar de categoria central. Seja na sociologia burguesa, seja na marxista, a centralidade do trabalho sempre marcou a análise da vida social e aí fez seu lugar comum na sociologia. Os autores clássicos da sociologia, ao desenvolverem suas argumentações, problemáticas e teses, não obstante a particularidade de cada objeto investigado, reafirmaram e fizeram prevalecer na teoria social o caráter do trabalho como uma categoria central.

No constructo teórico desenvolvido por Marx, o autor, ao herdar a tradição hegeliana, considerou o trabalho sua categoria central e principal para a

explicação sociológica da sociedade ocidental¹. Ao construir as análises e os conceitos da exploração capitalista, das classes sociais, do Estado moderno, da luta de classes, da ideologia, da alienação, da formação do valor, do capital, entre outros não menos importantes, Marx evidenciou como o trabalho, além de pano de fundo de todas essas questões, constitui-se como uma *eterna necessidade natural da vida social*, isto é, o meio pelo qual permitiu ao ser social se impor sobre a natureza que o cerca, exercer seu reconhecimento sobre ela e transformá-la, transformando-se a si próprio.

Na sociologia desenvolvida por Weber, a categoria trabalho também ocupou lugar central. Nessa tradição sociológica, o autor mostrou como a *Weltanschauung* exerceu um papel determinante na gênese do capitalismo moderno e na construção da noção moderna de trabalho. Assim, a ascensão protestante, bem como todas as visões do universo intra e extramundano fizeram do trabalho uma vocação (*Beruf*). Ela transformou o burguês em um homem de negócios racional e colocou à sua disposição os trabalhadores sóbrios, conscienciosos, de uma capacidade de trabalho pouco comum e apegados ao trabalho tal como o destino que Deus quis para suas vidas (cf. Weber, 2003, p. 244). Além disso, Weber também tornou central em sua análise e procurou evidenciar o papel do trabalho na composição da racionalidade capitalista, mostrando como a racionalidade estratégica do cálculo capitalista tornou-se a força motriz dominante da racionalização, desvinculando o trabalho de todos os critérios de referência doméstica e de satisfação pessoal do indivíduo.

Em outro polo, na tradição sociológica positivista francesa, Durkheim também confirmou a importância do trabalho como categoria central. Ao tomar o trabalho como ponto de partida de seu constructo analítico, o autor procurou associá-lo como elemento do processo de interação (negação da negação) do indivíduo na sociedade. Em duas de suas obras, *O suicídio*, de 1897 (cf. Durkheim, 1983), e, posteriormente, *A divisão do trabalho social*, de 1902 (cf. *Idem*, 1978), o autor tomou como argumento a ideia segundo a qual as corporações de ofício seriam uma forma de se remediar a crise que ele ora diagnosticava. Essas instituições do trabalho, segundo ele, seriam capazes de produzir critérios de justiça e de tornar os trabalhadores mais integrados à vida social. Por conta disso, ele achava que essas instâncias de regulamentação poderiam e deveriam se impor no lugar dos organismos sociais (Estado, comunidades, família etc.), bem como produzir regras comuns e participar na construção e no reconhecimento dos indivíduos enquanto seres sociais. Mais precisamente, nessa sua última obra, Durkheim

1. Embora a obra de Marx não torne explícita em seu conjunto a existência de uma *sociologia* e de um instrumento da *explicação sociológica*, concordamos com as teses de Lefebvre e Durand, nas quais se identificam as premissas de uma sociologia no legado de Marx (cf. Lefebvre, 1966; Durand, 1995).

analisou a diferença entre os diferentes tipos de solidariedade existentes nas sociedades (tradicional e industrial) e buscou demonstrar o surgimento de uma solidariedade orgânica em um ordenamento corporativo da sociedade burguesa, evidenciando, pois, a divisão do trabalho como uma nova fonte de solidariedade e de integração social.

Destarte, tal como se pode perceber, a sociologia clássica, bem como todo o pensamento social que a ela se seguiu, consagrou o propósito da categoria trabalho como um dado social central. A partir dessa ideia, a construção teórica social, a formulação dos princípios gerais que delineiam a estrutura, a dinâmica, a integração, os conflitos e suas tensões, o desenvolvimento e a construção da autoimagem do presente e do futuro da sociedade ficaram fortemente centrados no pressuposto de uma *sociedade do trabalho*.

A perda da centralidade do trabalho e suas visões

Entretanto, a partir do final da década de 1960, um conjunto de autores despontaria no cenário da sociologia, abrindo fortes questionamentos quanto à centralidade ocupada pela categoria trabalho no pensamento social.

De fato, a crise estrutural do capitalismo ora desencadeada e seguida pelas crises do Estado, da regulação da economia, do tradicional sistema taylorista/fordista de produção industrial, seu conseqüente declínio e o surgimento de um novo setor produtivo calcado nas novas tecnologias da informação e da comunicação, na automação de base microeletrônica e da economia de serviços levou inúmeros autores a desenvolver o credo de que esse momento da história do mundo se fez acompanhar de uma crise da racionalidade capitalista, bem como do pressuposto sociológico que até então sustentara a concepção de uma sociedade do trabalho.

Essa crise estrutural da sociedade, segundo o debate produzido, estaria lançando o gérmen de um novo sistema dotado de uma nova e diferente racionalidade. O argumento principal desses autores residiu no fato de que esse capitalismo seria um sistema novo e diferente, no qual prevaleceria a superposição da racionalidade formal/instrumental tradicional por uma nova racionalidade, não tanto instrumental, calculista e voltada para a obsessiva valorização do capital, mas, muito pelo contrário, voltada para a redescoberta e maior valorização do elemento humano e de sua subjetividade no conjunto do processo produtivo.

Nesse sentido, diante das inúmeras transformações na economia e na sociedade, e a partir das novas formas de produção e de trabalho delas ad-

vindas, lançou-se a hipótese de que o esquema tradicional de uma sociologia fortemente centrada na categoria trabalho, isto é, no trabalho referente a um capitalismo estável, não seria mais capaz de dar conta das inúmeras formas sociais com que o novo capitalismo fazia desabrochar, e com as quais a sociologia se deparava.

Assim, esse novo movimento teórico questiona fortemente a ideia da centralidade trabalho como categoria sociológica fundamental, propondo, inclusive, sua descentralização no conjunto do pensamento social.

Os primeiros escritos desse movimento despontam no final da década de 1960 e entre os pioneiros se encontra Jürgen Habermas, com a publicação, em 1968, de *Técnica e ciência como ideologia* (cf. Habermas, 1968, 1978), que lançou as bases para a ampliação desse controverso debate. Nas décadas seguintes, outros textos são produzidos, ampliando consideravelmente a contribuição para a discussão. Entre os mais relevantes, está a obra de Habermas, *Para a reconstrução do materialismo histórico* (cf. Habermas, 1976, 1983), bem como a obra de André Gorz, *Adeus ao proletariado* (cf. Gorz, 1980, 1982), já no final dos anos de 1970. Na década seguinte, a produção intensificou-se e novos textos, bem mais polêmicos, apareceram. Logo no início da década, Jürgen Habermas mais uma vez voltou a polemizar o debate com outros textos e com a obra intitulada *A teoria da ação comunicativa* (cf. Habermas, 1981, 1984, 1987b). Em seguida, Claus Offe, ao lançar o livro *Trabalho & Sociedade* (cf. Offe, 1984, 1989), amplia consideravelmente esse movimento teórico crítico. Não obstante, outros autores não menos importantes ampliam o debate. É o caso de Adam Schaff, com *Sociedade informática* (cf. Schaff e Friedrichs, 1982, 1990), e Robert Kurz, com *O colapso da modernização* (cf. Kurz, 1991, 1992).

Doravante, discutiremos cada uma dessas teses em seus quadros gerais e pormenores.

Jürgen Habermas: a obsolescência do valor trabalho

Um autor que contribui bastante para a difusão dessa nova *onda* de pensamento alternativa à afirmação unívoca da racionalidade instrumental capitalista é o herdeiro frankfurtiano Jürgen Habermas. Embora oriundo da tradição de pensamento do marxismo weberiano, Habermas desde há muito procura desestabilizar o lugar ocupado pela racionalidade instrumental capitalista na teoria social, em posição nitidamente contrária aos fundamentos teóricos de sua origem, a Escola de Frankfurt.

Em um de seus trabalhos, o célebre *Técnica e ciência como ideologia*, realizado no final da década de 1960, o autor esboça uma tentativa de rejeição quanto à viabilidade de entender e explicar a possibilidade da emancipação no capitalismo tardio pela centralidade da categoria trabalho. Não obstante, Habermas propõe a desqualificação e o enquadramento, em segundo plano, da *teoria do valor* marxista. Ao considerar a ciência como a principal força produtiva em substituição ao *valor trabalho*, Habermas considera que este último teria se tornado obsoleto, inoperante.

Essa polêmica mostra-se evidente no debate travado com Marcuse ao longo do texto, em que Habermas acredita haver uma alteração fundamental na relação entre técnica e ciência enquanto elemento de legitimação da dominação. Para ele, Marcuse acredita que a racionalidade técnico-científica, em última instância, pode ser entendida como um instrumento de dominação, tanto sobre a natureza quanto sobre os homens. Assim, a racionalidade é pensada tal como uma ideologia para a manutenção do sistema, bem como para converter as massas em suporte de legitimação do próprio sistema. Marcuse sustenta que o conceito de razão técnica é revestido de um forte componente ideológico que facilita a dominação sobre a natureza, bem como sobre os homens. A racionalidade implica a institucionalização da dominação, na qual o antagonismo entre forças produtivas e relações de produção não mais funcionaria tal como pensado por Marx, em favor de um esclarecimento político, mas sim como um fator preponderante para o obscurecimento e a legitimação da dominação. Segundo Habermas, Marcuse realiza uma fusão de técnica e dominação, que oculta, através de uma aparente neutralidade, um projeto de mundo totalmente voltado para os interesses das classes dominantes. Logo, com vistas a contrapor-se a esse modelo de desenvolvimento técnico-científico como instrumento de dominação da sociedade industrial, Marcuse acredita no desenvolvimento de uma nova ciência. Para a construção de uma vida emancipada, faz-se necessário revolucionar a ciência, tanto em sua metodologia quanto em seu constructo teórico. Todavia, Habermas recusa essa possibilidade. Para ele, a consideração de Marcuse faz-se impossível, pois, além de privilegiar uma conexão de técnica e ciência com um agir instrumental, esta reduz a possibilidade de conduzir a ciência a um projeto emancipador da humanidade, uma vez que a ciência é vista tão somente como historicamente superável. Ao recusar a proposta de Marcuse, Habermas acredita que o capitalismo atual não mais comporta o esquema analítico proposto, uma vez que a técnica e a ciência não cumprem mais, como outrora, a função de legitimação da dominação. Assim, é nesse sentido que Habermas

irá propor uma nova distinção entre trabalho e interação, desacreditando o peso da racionalidade instrumental sobre o trabalho, proposta tanto por Weber quanto por Marcuse. Pois, tal como o próprio Habermas sublinhou, “[...] a tese fundamental de Marcuse, de que a técnica e a ciência cumprem hoje a função de legitimação da dominação, proporciona-nos a chave para a análise da constelação que foi alterada” (1987a, p. 68).

Segundo Habermas, há outro componente social, ora obscurecido pela racionalidade instrumental weberiana, e que precisa ser descortinado com o despontar do avanço tecnológico surgido desde fins da década de 1960, avançando a todo vapor pelos anos seguintes. Dando continuidade a suas ideias, Habermas, em outro trabalho de 1976, denominado *Para a reconstrução do materialismo histórico* (cf. Habermas, 1976, 1990), tentará mostrar esse componente obscurecido. Tomando como ponto de partida os pressupostos fundados na *Ideologia alemã*, de Marx e Engels, os quais preconizam que os movimentos humanos são fundamentados na construção de um modo de vida material, Habermas tentará, com base na história do processo evolutivo e antropogenético, construir um mapeamento das distintas características dos hominídeos, dos primatas e dos *Homo sapiens*. Assim, ao comparar esses diferentes estágios do desenvolvimento humano, o autor preconizará que, diferentemente dos hominídeos, regidos por um agir estratégico com base na razão instrumental, os *Homo sapiens* caracterizar-se-ão como seres de evolução social, dotados de uma complexidade singular, que os tornam diferentes dos outros. Não obstante, essa complexidade decorrente do processo natural de evolução dotará os *Homo sapiens* de um sistema de normas sociais, no qual a linguagem se tornará um elemento presente e indispensável para a existência no sistema (cf. Habermas, 1990, p. 116). Na realidade, o que Habermas quer dizer é que a linguagem nos *Homo sapiens* atinge um nível bastante desenvolvido, gerando uma nova forma de razão comunicativa, inexistente nos outros estágios da vida humana. Isto posto, e definindo os *Homo sapiens* como seres de linguagem e, conseqüentemente, de razão comunicativa, além de razão instrumental, Habermas sustentará a tese segundo a qual o trabalho e a linguagem, por sua vez, antecedem o homem e a sociedade. Destarte, ele torna a teoria marxista materialista contida na *Ideologia alemã* algo obsoleto, incapaz e insuficiente para capturar a forma de vida humana. É com base nesse pressuposto que ele irá elaborar seu constructo teórico, já previamente organizado nos textos anteriores da década de 1960, qual seja, o da linguagem como fundamento das interações humanas capaz de permitir a construção de vínculos valorativos e normativos entre os indivíduos. Visto sob outro

prisma, Habermas opera, em um primeiro plano, a articulação entre trabalho e linguagem com o intuito de demonstrar que nessa articulação reside a exclusividade social. Posteriormente, em outro plano, distingue interação e trabalho, ou, no dizer habermasiano, agir comunicativo e agir instrumental. Para ele, é justamente esse agir comunicativo que se destacará como a categoria fundamental para a compreensão das relações sociais. A perspectiva materialista sobre o trabalho, tal qual elaborada por Marx, é então rejeitada, justamente por não considerar essas dimensões da linguagem e da interação, ora evidenciadas por Habermas.

Em outro trabalho de 1981 – *Teoria da ação comunicativa* –, considerado uma das mais importantes e polêmicas de suas obras, Habermas irá definitivamente repensar a racionalidade do sistema capitalista, ampliando a tese do agir comunicativo. Ao realizar uma profunda releitura da teoria weberiana da racionalização, critica a inexistência, no pensamento de Weber, de uma consideração sobre os fenômenos subjetivos da linguagem e de sua interação entre os homens na sociedade. Ao tomar essa ideia como fio condutor de seu pensamento, Habermas tenta recompor a teoria da racionalização de Weber por considerar que ela tem um peso excessivo na reflexão sobre a esfera do agir instrumental. Para o autor, Weber comete um equívoco ao utilizar o conceito de racionalização de forma reducionista, motivado pela hegemonia da razão instrumental sobre a razão valorativa. Destarte, Habermas estabelece sua crítica fundamentando que o excesso de racionalidade contido na obra weberiana será o motivo direto de seu desencantamento e de sua resignação acerca da possibilidade da emancipação do homem na sociedade capitalista. O excesso de negatividade contido na proposta de Weber, segundo Habermas, obscurece uma perspectiva de emancipação do homem.

A partir disso, seguindo sua linha de argumentação, já inaugurada anteriormente em outros trabalhos, ele identifica a existência de uma nova racionalidade, a qual denomina “racionalidade comunicativa”, ou agir comunicativo. É esse agir que no constructo teórico de Habermas dará estrutura ao sistema social humano, isto é, à vida concreta, oferecendo possibilidade para a integração social, a qual, por consequência, efetiva a prática do trabalho social. É assim, pois, que a linguagem assume seu lugar e desloca o trabalho do papel predominante e hegemônico.

Isto posto, Habermas defende que na existência humana existem basicamente dois subsistemas: o *sistema* e o *mundo da vida*. No *sistema*, prevaleceria a existência da racionalidade instrumental, que ele denomina “agir

teleológico e estratégico”, ao passo que no *mundo da vida* prevaleceria a racionalidade linguística, o agir comunicativo, essencialmente voltado para a intersubjetividade e a interação. Habermas efetivará uma distinção entre o trabalho (esfera da necessidade, da razão instrumental e do sistema) e a interação (esfera do agir comunicativo, da liberdade e do mundo da vida).

Tomando esse constructo teórico como eixo de sua análise sobre o desenvolvimento do capitalismo, Habermas afirma que, com o advento da modernidade, o sistema e o mundo da vida sofreriam uma espécie de desacoplamento e, com o aumento da complexidade das relações capitalistas de produção, o sistema tenderia a instrumentalizar o mundo da vida. Tal como numa sociedade tribal, o sistema estaria colonizando o mundo da vida, isto é, transferindo a racionalidade instrumental para o universo da racionalidade comunicativa através da instrumentalização da vida, que se daria pela generalização do poder, do dinheiro, da monetarização e da burocratização. Todavia, o autor acredita que o capitalismo não seria totalmente destrutivo para a humanidade como previra Weber, mas, ao contrário, o sistema não seria capaz de colonizar totalmente o mundo da vida, restando um espaço para o desenvolvimento da intersubjetividade, de um potencial comunicativo entre os homens (que futuramente os libertaria do sistema), para a afirmação da utopia (que se encontra no mundo da vida) e para a pacificação do conflito de classes na sociedade capitalista. Habermas tenta desmontar Weber, afirmando que existiria no capitalismo um espaço para essa nova racionalidade, totalmente diferente da racionalidade instrumental, que tornaria os homens livres da instrumentalização da prática comunicativa e, portanto, livres das imposições do sistema instrumental. Por outro lado, uma vez mais, Habermas, com essa nova teoria, tenta desmontar a teoria do valor marxista, afirmando que Marx causa uma travagem dialética entre sistema e mundo da vida, além de não fornecer uma análise satisfatória para a análise do capitalismo tardio. Em suma, com todo esse constructo Habermas quer mostrar que se opera um deslocamento de centralidade das categorias sociais. O trabalho não mais se mostra como uma esfera central por excelência da sociedade pós-industrial; esse lugar é agora ocupado pela ação comunicativa. A esfera do trabalho é substituída pela esfera comunicacional ou da intersubjetividade, na qual encontramos o novo núcleo da utopia. Embora bastante polêmica e propagada no meio intelectual e acadêmico do estudo do trabalho através de vagas de modismos habermasianos, essa teoria conquistou um espaço considerável, influenciando diversos outros autores.

André Gorz: o fim do proletariado

Em um trabalho altamente inusitado e polêmico, denominado *Adeus ao proletariado*, lançado na França no ano de 1980 e no Brasil em 1982, um dos pioneiros desse movimento, o ensaísta francês André Gorz, dispara sua tese. Nesse trabalho, o autor, ao analisar a crise do sistema europeu de produção e a relativa redução do operariado industrial nos países capitalistas avançados, conclui pelo argumento de que a classe operária, ou o *proletariado*, estaria em vias de desaparecimento. Tal tese, diante da confirmação que obtinha com a crescente crise que assolava o universo do trabalho europeu, obtém uma enorme repercussão nos meios acadêmicos e não acadêmicos de todo o mundo, confirmando seu sucesso, além de abalar as estruturas do movimento operário e influenciar todo um grupo de autores e pensadores.

De um modo geral, a tese desenvolvida por Gorz parte do pressuposto de que a crise do capitalismo nos países centrais teria ocasionado uma substituição crescente e contínua da tradicional classe operária por uma nova classe, que ele denomina de *não-classe-de-não-trabalhadores*. Segundo o autor, esta seria composta pelas pessoas excluídas do mercado formal de trabalho assalariado, desempregados, trabalhadores em tempo parcial e temporários, em razão da introdução, difusão e desenvolvimento do processo da automação, da microeletrônica e das novas tecnologias da informação. Destarte, a *não-classe-de-não-trabalhadores*, diferentemente da classe operária tradicional, não mais teria o emprego como uma garantia, como outrora, mas como uma atividade provisória, acidental e contingente (cf. Gorz, 1982, p. 89). Portanto, para Gorz, a *não-classe-de-não-trabalhadores* está sujeita à vulnerabilidade do presente, não gozando, pois, de nenhuma concepção de sociedade futura. Assim, essa nova camada social carece de definição, não podendo assumir aquelas da sociologia tradicional. Uma vez que o trabalho atual, em razão direta da revolução microeletrônica – que destrói os postos de trabalho, diminuindo a quantidade de trabalho social e aumentando o desemprego tecnológico –, não pode mais ser visto como uma atividade principal da sociedade, a nova *não-classe-de-não-trabalhadores* desvincula-se do processo produtivo e não tem um lugar definido nessa nova ordem. É assim, portanto, que Gorz justifica a máxima de *Adeus ao proletariado*.

A consequência mais direta dessa revolução microeletrônica que se abate sobre o mundo capitalista faz Gorz vislumbrar um processo de dualização do mercado de trabalho, que passa a conviver com um centro privilegiado composto de trabalhadores empregados em tempo integral e uma periferia

constituída, crescentemente, por trabalhadores parciais, domésticos, e até mesmo por subempregados e desempregados. Essa dualização não poderia perdurar por muito tempo, uma vez que o centro apresenta uma tendência a diminuir quantitativamente, e o crescente número de trabalhadores centrais dispensados encontraria dificuldade de ser absorvido pelo setor terciário, que se encontra em transformação intensiva provocada por sua crescente automatização. Em consequência, o trabalho perderia sua força de integração social e passaria a constituir-se prioritariamente como fator de desintegração social (cf. *Idem*, p. 53).

São esses fatos, pois, que levam Gorz a propugnar o fim da utopia do trabalho, já que, para o autor, não existe mais a necessidade do trabalho das pessoas na economia e, assim, este não se justifica como fundamento do processo de integração social (cf. *Idem*, p. 223).

A única forma de superar esse processo seria a distribuição da quantidade do trabalho socialmente necessário entre a população. Na perspectiva do autor, se a sociedade não for capaz de repartir o trabalho liberado pela revolução microeletrônica, os empregos serão transformados em atividades privadas e de lazer. Por isso, a redução do tempo de trabalho e sua distribuição têm por objetivo repensar a relação entre trabalho e vida, sem que o primeiro domine a segunda por meio da monetarização de atividades antes exercidas de forma gratuita. Em virtude da crescente racionalidade, do avanço técnico e da divisão do trabalho, Gorz sustenta que os trabalhadores são impedidos de encontrar no trabalho uma atividade plena de significado. Assim, a redução do tempo de trabalho faz-se fundamental para que os indivíduos encontrem na totalidade da vida o desenvolvimento de suas habilidades culturais e cognitivas, não mais obtidas no mundo do trabalho.

Em resumo, Gorz alude à redistribuição do trabalho socialmente necessário como forma de romper com a dualidade por ele vislumbrada entre um mercado de trabalho central e outro periférico. Assim, o autor edifica uma sociedade dual, baseada em duas racionalidades distintas: uma econômica e outra não econômica. A primeira refere-se à ideia do tempo de trabalho vinculado à racionalidade econômica; a segunda é representada pelo tempo livre, na qual o indivíduo realiza sua autonomia e emancipação.

Segundo Gorz, a única solução possível para a crise que vivemos é a de tipo dualista, pela organização de um espaço social descontínuo que comporta duas esferas distintas e uma vida organizada pela passagem de uma racionalidade à outra. Destarte, o autor sustenta a tese segundo a qual a esfera da racionalidade econômica ou da heteronomia não irá desaparecer

por completo, mesmo considerando que o tempo livre exercerá certa predominância em relação ao tempo de trabalho.

Essa dualidade entre as esferas da autonomia (liberdade) e da heteronomia (necessidade) remonta sobre a clássica dualidade existente entre a racionalidade de tipo instrumental, da esfera da necessidade, e aquela do espaço auto-organizado e intersubjetivo dos indivíduos, isto é, a esfera da liberdade.

Gorz pressupõe o tempo livre e a abolição do trabalho, e o processo de *adeus ao proletariado*, ao qual faz referência, está relacionado com o avanço da técnica e da revolução autônoma das forças produtivas, que ele denomina “revolução microeletrônica”. Esta última permitiria subverter o tempo de trabalho como medida de valor, já que inaugura o decréscimo da massa total do capital fixo posto em ação para produzir um volume crescente de mercadorias, e também, em razão disso, provocaria um acirramento da contradição inerente ao próprio capitalismo (cf. *Idem*, pp. 68-70).

Assim, o ocaso do trabalho e a agonia do capital, vislumbrados por Gorz, serão potencializados pelo próprio processo de automatização das atividades produtivas e de serviços. A técnica, todavia, gozará de uma neutralidade que, de forma geral, inaugura a era da abolição do trabalho, uma vez que este tende a tornar-se uma força produtiva secundária diante da potência do automatismo e da complexidade dos equipamentos (cf. *Idem*, p. 277).

Gorz esvazia, então, não só a esfera do trabalho, mas também a da política, pois, para ele, a revolução microeletrônica corresponde à aspiração de uma proporção importante dos homens e das mulheres por (re)tomar o poder da e sobre a vida (cf. *Idem*, p. 171).

Por fim, é a partir da tese da neutralidade da técnica que Gorz erige sua utopia de uma sociedade de tempo livre. Nessa sociedade, o trabalho heterônomo é subordinado à esfera da autonomia, uma vez que a possibilidade de redução do tempo de trabalho permite a transformação do trabalho em atividade, e não na atividade. Para o autor, a redução do tempo de trabalho deve ser considerada um fim para reduzir as desigualdades sociais. Assim, ela não pode ser seletiva nem muito menos pode estar condicionada aos ganhos de produtividade, e seu objetivo maior é que a redistribuição do trabalho socialmente necessário seja benéfica para todos.

Clauss Offe: a perda da centralidade do trabalho

Outro autor, também de origem neofrankfurteana, que procura de forma análoga reverter o lugar da racionalidade instrumental no capitalismo é Claus

Offe. Influenciado diretamente por Habermas, o autor alemão, diante de evidências empíricas observadas no mundo do trabalho, irá propor a tese da perda da centralidade do trabalho como categoria sociológica fundamental para a compreensão da vida social.

A análise de Offe sobre a crise da sociedade do trabalho toma como ponto de partida três argumentos distintos: o primeiro se baseia em uma afirmação do ministro do Trabalho e da Ordem Social da Alemanha, no texto *O trabalho continua*, segundo a qual a fase vivida pela sociedade do trabalho deve ser interpretada como um sintoma de crise dessa mesma sociedade. O segundo argumento, fundamentado em dados e pesquisas empíricas de diversos autores, conduz Offe a afirmar que muito embora se observe a tendência ao crescimento da produção econômica de bens e serviços, mesmo que em índices reduzidos, os dados empíricos evidenciam uma capacidade decrescente do mercado de absorver a força de trabalho, isto é, os trabalhadores. Offe acredita ainda que, mesmo diante da ausência dessa oscilação de mercado, a crise da sociedade do trabalho teria como fundamento uma perda da qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da autoestima e das referências sociais, bem como das orientações morais. E, por fim, o terceiro argumento fundamenta-se na constatação, também empírica, de uma profunda diferenciação interna ao mercado de trabalho entre os indivíduos regulados por trabalho remunerado contratual. Isso posto, tais argumentos levam Offe a acreditar que a sociedade do trabalho do século XX está em crise.

Crise, capacidade decrescente de absorção de mão de obra e diferenciação interna dos trabalhadores assalariados sob a forma contratual são, segundo Offe, aspectos reveladores de que o trabalho em nossa sociedade se encontra sob um rígido processo de transformação de sua divisão, organização, fragmentação e racionalidade, desqualificando-o como categoria central de análise. Ou seja, dessa crise da sociedade do trabalho, Offe deriva a perda do caráter explicativo fundamental do trabalho como categoria sociológica.

No argumento desenvolvido, ao analisar a sociologia clássica e a construção de seu objeto, Offe percebe que ela toma como pano de fundo o trabalho inserido no modelo de uma sociedade burguesa consumista, movida por uma racionalidade e abalada por conflitos de natureza trabalhista. Todavia, com o incremento da atividade industrial, desde o século XIX, a organização do trabalho e o desenvolvimento do cálculo racional e da racionalidade técnica acabam por evidenciar o trabalho no pensamento social como uma categoria central e reveladora dos princípios de organização da sociedade, tornando-se o eixo em torno do qual se reproduziu a vida social.

Em outras palavras, o trabalho deixa de assumir uma posição estratégica na sociedade, tal como ocorria entre o fim do século XVIII e o término da Primeira Guerra Mundial, já no século XX, época dos autores clássicos da sociologia. De fato, o conjunto de transformações ocorridas a partir do último quartel do século XX, como o declínio das ocupações do setor secundário, o desemprego estrutural, o avanço da racionalidade técnica e a diminuição do emprego assalariado, evidencia, segundo Offe, a crise da sociedade do trabalho, bem como a perda do trabalho assalariado como fator de integração social. Essa crise é percebida como uma mudança do quadro institucional da sociedade, na qual o trabalho remunerado formal perde sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas de autoestima e de referências sociais, assim como de orientações morais. Assim, Offe constata a diminuição das tentativas de compreender a realidade social por meio das categorias do trabalho assalariado, ou seja, observa-se uma ampliação do espectro das pesquisas sociais que não colocam mais em evidência o trabalho como categoria fundamental para a análise da vida cotidiana.

Offe descreve o processo de diferenciação, fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho, tomando como referência o crescimento vertiginoso do setor terciário da economia, isto é, o setor de serviços. O crescimento desse setor não pode ser interpretado por um modelo em que a totalização da racionalidade do trabalho é baseada na produção técnica organizacional economicamente eficiente. Trata-se de um setor no qual prevalece uma racionalidade específica e diferente daquela dominante no setor industrial. Essa distinção, no entender do autor, implicará maior diferenciação interna da coletividade dos trabalhadores assalariados. Assim, com o surgimento da sociedade pós-industrial de serviços, a referência unitária do trabalho dilui-se e as atividades laborais do setor industrial deslocam-se para o setor de serviços, onde a heterogeneidade da atividade é muito grande e não permite a ocorrência de critérios similares de produtividade e de racionalidade técnica.

Logo, questões como crescimento do setor de serviços, declínio da participação dos trabalhadores do setor industrial, desemprego, expansão do emprego parcial, crise do Estado de Bem-Estar Social e fragmentação da sociedade salarial são para Offe indícios do declínio da ética do trabalho, uma vez que este ocupará cada vez menos espaço na trajetória dos trabalhadores.

Não obstante essa perda, Offe aponta, também, a ampliação do tempo livre como uma tendência geral em vias de se afirmar. Ao considerar o grau de desenvolvimento tecnológico, o autor constata uma diminuição

da proporção do tempo de trabalho dedicado na sociedade. Diante disso, ele descentraliza a importância do trabalho no pensamento social e vaticina que, para além dessa categoria, questões consideradas secundárias na sociologia, como étnica, gênero, ecologia, entre outras, ganharão relevância na área.

Em suma, a ideia central de Offe é de que, por conta da fragmentação, da diferenciação do trabalho e da produção de uma cultura do não trabalho, oriunda do aumento da população de excluídos do emprego industrial formal, a consciência social não pode mais ser reconstruída como consciência de classe e, portanto, a sociologia deve buscar outras categorias para construir seu objeto, explorando aquelas que estejam além da esfera do trabalho. Tais categorias surgem para refundar o pensamento social e não se reduzem mais à perspectiva das contradições e dos conflitos tradicionais na sociologia, mas, ao contrário, tendem a se erigir sobre o espaço da economia de serviços. Assentada sobre uma base mais comunicacional do que instrumental, essa nova racionalidade do sistema fará, segundo o autor, despontar para a sociologia novas categorias que tenderão a se apoiar sobre o espaço vital, o modo de vida e o cotidiano dos que compõem a nova sociedade.

Adam Schaff: as tecnologias da informação e o fim do trabalho abstrato

Em outro polo, o debate da crise da sociedade do trabalho se amplia com o filósofo polonês Adam Schaff, que propõe o anúncio do fim do trabalho, na sua forma abstrata, com o advento da sociedade informática. Ao identificar a revolução das tecnologias da informação no final de século XX, o autor analisa o impacto daquilo que denomina *Segunda Revolução Industrial* nos âmbitos econômico, político-social e cultural quanto ao indivíduo humano, ao sentido e estilo de vida e ao sistema de valores.

Para Schaff, essa nova revolução industrial será vista como o resultado de uma tríade – composta pela revolução microeletrônica e técnico-industrial, a revolução da microbiologia e da engenharia genética, e a revolução energética –, a qual irá mudar qualitativamente a base técnica do processo produtivo e afetar significativamente as relações sociais em seu conjunto (cf. Schaff, 1990, p. 23).

Enquanto na primeira fase, por um período aproximado de duzentos anos, a sociedade produziu inúmeros inventos que permitiram ao homem ampliar e substituir de forma fantástica a força física humana, a segunda fase se produz de forma diversa, ampliando as capacidades intelectuais,

substituindo o trabalho humano por autômatos, eliminando-o na produção e nos serviços (cf. *Idem*, p. 22).

Embora demonstre a superioridade da Segunda Revolução Industrial em relação à primeira, Schaff observa que ambas produziram saltos qualitativos, embora antagônicos. Enquanto a primeira produziu um enorme incremento na produtividade do trabalho humano, a segunda, por sua vez, concentrou e dirigiu sua atenção na eliminação deste.

Assim, a transformação revolucionária da ciência e da técnica implica modificações na produção e nos serviços que, em consequência, produzem mudanças nas relações sociais.

No plano econômico, observa o autor, o impacto mais profundo dar-se-ia com a redução de trabalho humano e o conseqüente acirramento do desemprego estrutural. A saída para esse problema seria a substituição do trabalho tradicional, ou remunerado, por atividades que dessem sentido à vida, mesmo que para assegurar o bem-estar psíquico dos homens desprovidos de trabalho. A sociedade futura ideal não seria nem um sistema de tipo capitalista nem socialista, mas uma espécie de *economia coletivista*. Ao observar o impacto da revolução tecnológica, o autor conclui pelo fim do trabalho tradicional, na sua forma abstrata, e defende que os homens passariam a exercer, uma vez que a classe trabalhadora também deixaria de existir, as mais diversas formas de ocupação. Schaff crê ainda que as classes sociais fundamentais tenderiam a um fim, na medida em que as mudanças na base técnica levariam à extinção da propriedade privada dos meios de produção e dos serviços em larga escala e, conseqüentemente, da classe capitalista.

No plano político, ele também vislumbra profundas mudanças diretamente ligadas à democracia. Acredita que esta sofrerá uma espécie de diluição, dado o fortalecimento de uma nova política de tipo centralista combinada com governos locais. Por fim, no plano cultural e do indivíduo, Schaff percebe que as mudanças tecnológicas caminham no sentido da produção do cidadão do mundo, do homem universal. Esse *Homo universalis* também buscará novos estilos e modos de vida, deslocando-se do *Homo laborans* para o *Homo ludens*, o que implicará nova ética, novos valores e, portanto, nova racionalidade.

Robert Kurz: a crise do trabalho abstrato

Robert Kurz, embora não ligado ao meio acadêmico, muito contribuiu para a crítica ao lançar a tese do colapso da modernização e da crise do

trabalho abstrato. Intelectual autodidata, motorista de táxi e membro de um grupo alternativo, esse autor, em um trabalho ousado – *O colapso da modernização* –, arrisca a tese de que a modernização constituída pela forma de mercadoria das relações sociais entra em um processo de crise qualitativamente diferente das crises cíclicas e está no horizonte do colapso.

A peculiaridade da tese de Kurz é que a forma de mercadoria da produção e da relação social inclui a sociedade capitalista regida pela liberdade das regras de mercado e o socialismo – que ele denomina “socialismo de caserna” –, o qual se mostrou incapaz de romper com o trabalho abstrato, regulando-o apenas pelo estatismo. Por outro lado, a *débâcle* do Leste europeu, revelando o fim do socialismo, expôs os limites sombrios da modernidade e do sistema produtor de mercadorias, uma vez que os fenômenos da exploração intensiva do trabalho sempre se mostraram presentes na proposta socialista. Longe de implicar a vitória do capitalismo, a derrocada do socialismo revelou que a modernização dos países socialistas nunca deixou de lado os fundamentos constitutivos de uma sociedade de mercado. O socialismo real, apesar de ideologicamente diferente, apresentava muito mais semelhanças do que diferenças em relação às sociedades capitalistas. Em outras palavras, o socialismo nesse sentido diferenciava-se pouco das sociedades capitalistas, uma vez que ali também predominava o mecanismo de valorização do capital, isto é, o trabalho abstrato, elemento fundamental na geração do valor (cf. Kurz, 1992, p. 25).

Sob esse argumento, Kurz sustenta que a crise do sistema mundial de produção tem de ser pensada para além da sociedade industrial, do mercado e do Estado – para além, portanto, da sociedade do trabalho.

No tocante à questão do trabalho, das classes sociais e da perspectiva da ruptura do capitalismo, a análise do autor aposta de forma determinística na agonia e no fim do trabalho abstrato, da mercadoria da força de trabalho e, como consequência lógica, no fim das classes sociais.

É justamente o trabalho abstrato, elemento fundamental da produção de valor na sociedade, que Kurz toma como elemento central de sua análise. Ao compreender a crise do trabalho como uma forma historicamente vinculada à sociedade produtora de mercadorias, ele resgata Marx em seu viés de economista. Embora Kurz seja caracterizado como exclusivamente antimarxista, ele concorda com a tese central de Marx da contradição entre o avanço das forças produtivas e o caráter nebuloso das relações sociais de produção (cf. *Idem*, pp. 80-81). Assim, o movimento letal dessa contradição efetivar-se-ia pela mediação da concorrência capitalista, que, mediante o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas, alcançaria o ponto

de abolir o trabalho, isto é, o trabalho de produção abstrato, repetitivo, somente destinado a criar valores.

Sua tese encontra fundamento no avanço tecnológico vivenciado pelo capitalismo a partir da crise do fordismo na década de 1970, bem como no avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, da microeletrônica e da automatização. O surgimento e a difusão de tecnologias que prescindem de mão de obra, alavancando o aumento intensivo de capital, com o incremento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, constituem o cenário no qual Kurz vislumbra a crise do trabalho abstrato. Segundo ele, com o aumento intensivo e intermitente da racionalidade técnica, o sistema do capital perde sua capacidade de explorar o trabalho e, em consequência, constrói, de forma paradoxal, a própria destruição, uma vez que, ao inviabilizar a absorção de trabalho vivo nos processos produtivos, faz surgir toda uma massa de excluídos que não conseguem se ajustar ao novo sistema.

Ainda, para Kurz, a lógica destrutiva da ciência, isto é, a capacidade destrutiva dessa força produtiva, inaugura a “era das trevas”, na qual o horror não mais se constitui pela possibilidade de superexploração do trabalho, mas pela ausência dessa exploração para milhares de indivíduos. É nesse cenário de horror e decadência social, moral e econômica que Kurz enxerga, no surgimento do terceiro setor, uma possibilidade de superação da racionalidade econômica vigente, que faz nascer, assim, uma nova racionalidade de reprodução social. Esta, por sua vez, tem como fundamento uma nova orientação, baseada em solidariedade para além do Estado e do mercado, isto é, para além de uma racionalidade instrumental e da mediação do dinheiro e do poder.

Quanto ao papel do Estado e do mercado, Kurz também os relaciona com a crise do trabalho abstrato. Na medida em que a racionalidade técnica tende a eliminar o trabalho produtivo, isto é, substituir o trabalho vivo das fábricas pelo trabalho morto, ora simbolizado pelas máquinas e pelas novas tecnologias, não há mais sentido em recorrer ao Estado contra o mercado, ou vice-versa. As falhas do mercado e do Estado, em seu entender, tornam-se idênticas, quando a forma de reprodução social da modernidade perde por completo a capacidade de funcionamento e integração. É nesse sentido que a crise do trabalho abstrato coloca em questão a capacidade do Estado e do mercado de restaurar a integridade funcional da sociedade, já que ambos sempre construíram suas formas de integração com base na exploração do trabalho produtivo abstrato.

Por fim, Kurz propõe uma conclusão bastante controversa para sua teoria. Ao mesmo tempo em que incita a luta para o rompimento da forma de mercadoria das relações sociais de alienação, o embate deixa de ter um sujeito, pois parte-se do pressuposto de que a classe trabalhadora perdeu sua dimensão transformadora e revolucionária. A ruptura e a superação da crise, bem como a instauração de uma nova sociedade, no entender de Kurz, não seriam dadas pela construção de esquemas administrativos estatistas de natureza burocrática, mas, ao contrário, seriam decorrência de um movimento social consciente, capaz de derrubar, com o emprego da violência, os aparatos construídos. Não obstante, o autor atribui às ciências sociais um papel relevante nesse esforço, com vistas a elevar a consciência crítica da sociedade, e, diante do caráter destrutivo e excludente da sociedade da mercadoria, ele postula a emergência de uma nova racionalidade fundada na razão sensível, capaz de emancipar o sujeito social nesse processo de ruptura.

Conclusão: uma crítica sobre as teses...

Embora este artigo não tenha a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, cabe-nos apresentar questões que consideramos importantes para o aprofundamento desse debate.

De fato, a categoria trabalho tem se mostrado ao longo da existência do pensamento social bastante sólida e seguramente construída para a análise do social. Concebida antes mesmo do nascimento da sociologia, e desenvolvida pelos autores clássicos da sociologia, ela sempre se mostrou uma categoria *par excellence* do pensamento social, resistindo ao longo do tempo e das transformações sociais.

Todavia, as transformações do final do século XX por que passou o modo de produção capitalista levaram alguns autores à crença de que as alterações estruturais da economia e do trabalho trariam mudanças significativas e irreversíveis para a organização social, bem como para sua complexa análise. Não obstante, despontam autores que, diante dos efeitos dessa crise estrutural, se debruçam na análise e na descrição de suas formas e consequências. Tal é o caso dos ensaístas e das teses aqui apresentadas.

Embora bem construídas, bem estruturadas, complexas e dotadas de um refinamento intelectual que as torna peculiares, as teses giram em torno de um eixo comum, evocando o papel do trabalho humano como elemento central na análise do social, diante de uma crise estrutural do modo de produção capitalista, na qual a atividade produtora de valor – o trabalho – foi

profundamente atacada e modificada. As teses apresentadas oferecem uma grande contribuição para a sociologia e, em especial, para a interpretação e a análise da sociedade neste começo de século. Todavia, o debate formulado por esses autores carece de críticas.

Um primeiro marco crítico diz respeito à tentativa de desconstrução da centralidade da categoria trabalho no pensamento social. Tal como pudemos mostrar neste texto, essa categoria tem uma existência muito anterior à própria sociologia e, portanto, autores clássicos, como Marx, Weber e Durkheim, pertencendo ou não à tradição filosófica alemã de Hegel, valeram-se com fidelidade do constructo hegeliano em torno da questão do trabalho. Pode-se dizer, de certo modo, que a tradição hegeliana fundamenta a categoria trabalho e lhe dá vida própria. Ora, assim, parece-nos bastante razoável que qualquer proposta que se incline a desconstruir tal categoria deva passar obrigatoriamente pela árdua tarefa de desmontar o conjunto teórico que lhe deu origem, neste caso, o constructo da tradição hegeliana. Notadamente, pelo que se pode observar nas teses apresentadas, nenhum dos autores se propôs essa tarefa. Muito pelo contrário, o que as teses tomam como base de sua crítica é a proposta de dois autores clássicos da sociologia, Marx e Weber, e suas asserções sobre o trabalho como categoria: Marx, pela abordagem do valor trabalho, e Weber, pela teoria da racionalização.

A obra de Habermas pretende desmontar a teoria do valor trabalho de Marx e a teoria da racionalização em Weber. O autor não leva em consideração o constructo durkheimiano da categoria trabalho e, quanto a Hegel, este sequer é notado. Gorz e os outros autores concentram-se exclusivamente em tentar desconstruir a categoria trabalho tomando por base a crítica à teoria de Marx, esquivando-se de passar os olhos por Hegel. Evidente, pois, que disso resulte a perda de robustez dessas teorias. A nosso ver, a proposta desses autores é incompleta, pois seria preciso aprofundar a análise sobre o processo de construção dessa categoria e verificar como ela se firmou no pensamento social clássico.

O segundo marco crítico diz respeito à fundamentação empírica das teses aqui discutidas. Em nosso entender, quando ela se faz presente, os dados empíricos são esparsos, fluidos e pouco consistentes; conseqüentemente, as conclusões daí derivadas são precipitadas e afoitas, deixando de considerar com maior profundidade os pormenores da sociedade do trabalho no final do século XX.

A tese de Habermas enquadra-se no primeiro caso. De caráter filosófico especulativo, o trabalho perde força ao deixar de tomar como base dados

empíricos sobre a sociedade do trabalho. É louvável a capacidade intelectual do autor de promover um grande debate sobre a natureza da racionalidade, mas o resultado, quando pensado em relação ao objeto trabalho, deixa a desejar. É muito difícil acreditar, como propôs Habermas, que nesse mundo pós-fordista a ciência tenha se sobreposto como a principal força produtiva em relação ao trabalho. Mais difícil ainda é constatar o uso da ciência de forma livre, escapando das amarras da velha racionalidade instrumental. O que se observa empiricamente no mundo pós-industrial é que cada vez mais todo o aparato técnico-científico da sociedade é instrumentalizado em prol da acumulação do capital. De forma crescente e gradativa, a ciência é utilizada tanto para o desenvolvimento de novas máquinas, microeletrônicas ou não, como para o desenvolvimento de novas tecnologias mecânicas e organizacionais em favor do capital. O aparato técnico-científico avança sobre o domínio das recentes biotecnologias, sobre o genoma, o mapeamento do DNA etc., justamente como forma de expansão da acumulação capitalista, sequer deixando espaço para a emancipação da ciência em prol da liberdade humana.

Não é possível admitir que no mundo contemporâneo uma racionalidade de tipo comunicativo possa sobrepor-se a uma racionalidade de tipo instrumental. Podemos afirmar que a pós-modernidade nos legou a afirmação do homem e de seu potencial comunicativo, embora também se tenha de admitir que sua emancipação neste mundo tenha ficado restrita aos limites impostos pela instrumentalidade do capital. A nosso ver, faltam dados empíricos na teoria de Habermas que mostrem como na dualidade sistema/mundo da vida, este último consegue escapar e se emancipar diante do sistema. Inexistem fatos concretos sobre como se desenvolve a integração social, com o agir comunicativo, sobre a prática do trabalho social, tornando hegemônica a linguagem da instrumentalidade. Em contrapartida, o que se pode observar atualmente é um avanço incontrolável do sistema sobre o mundo da vida, o que se faz notar pelo aumento progressivo da generalização do poder, do dinheiro, da monetarização e da burocratização. A prova mais cabal dessa tendência é demonstrada pelo avanço da globalização ou mundialização do capital, da globalização financeira ou financeirização, fatos que demonstram uma expansão exponencial, jamais vista, da racionalidade instrumental sobre a sociedade.

Resta-nos saber como diante desse novo paradigma o autor pode acreditar que ainda exista espaço para o desenvolvimento da intersubjetividade, do potencial comunicativo entre os homens (que futuramente os libertará do

sistema), para a afirmação da utopia e a pacificação do conflito de classes na sociedade capitalista. Não precisamos de muito esforço para mostrar empiricamente que essa tendência não se concretiza na era pós-fordista, como imaginou Habermas. Muito pelo contrário, o que se pode provar com as novas configurações do sistema do capital e do mundo produtivo é que nunca como outrora presenciamos uma maciça fragmentação e decomposição do sistema de classes em nossa sociedade. O mundo pós-fordista acentuou intensivamente a divisão técnica e social do trabalho, opondo e deixando cada vez mais evidente a separação entre produtores e consumidores, opressores e oprimidos, dominados e dominadores. Dessa forma, é impossível falar em pacificação do conflito de classes na sociedade capitalista. O que se evidencia, naturalmente, e de modo diferente do que pensou Habermas, é que no pós-fordismo a cada dia o conflito de classes se intensifica. As novas tecnologias mecânicas, informáticas e organizacionais que ora são postas em prática segregam os trabalhadores em vez de uni-los e também os dissociam intensivamente do controle autônomo de sua força de trabalho. Ora, se esse novo paradigma assim se produz e se faz presente, como podemos dizer que o mundo do trabalho pacificou seus conflitos no pós-fordismo? A história do modo de produção capitalista ao longo de suas fases sempre nos deixou evidente que a luta pelo controle da força de trabalho pelo capitalismo foi a tônica, e essa, por sua vez, se produziu historicamente pelo acirramento do conflito de classes. Não é neste mundo contemporâneo do capital que essa tendência deixa de se afirmar. Uma breve análise da distribuição dos novos centros produtivos na zona oriental do planeta, que deixa evidente a depredação da força de trabalho, a ampliação das jornadas, do uso intensivo do trabalho feminino e infantil, bem como da prática de baixos salários e do aumento considerável dos exércitos industriais de reserva, revela a contradição da realidade empírica com a teoria de Habermas. Se refletirmos sobre o caso brasileiro, nunca é demais lembrar que no mundo pós-fordista, perfilado por esse novo paradigma neoliberal, tem-se constatado um aumento considerável do número de trabalhadores que recorrem ao Judiciário como forma de buscar uma solução para a atenuação dos conflitos surgidos na relação contemporânea entre capital e trabalho. Ora, como justificar então a existência de uma pacificação de conflito de classes nessa nova era? Com certeza, não é na teoria de Habermas que encontraremos uma resposta a essa difícil questão.

Com relação à teoria de Gorz, podemos dizer que sua tese, apesar de inusitada e polêmica, apresenta fraquezas da mesma ordem, ou seja, também faltam elementos empíricos que possam dar sustentação e coerência ao que o

autor propõe. É correto afirmar que a revolução pós-fordista do modo de produção capitalista modificou sua configuração com a revolução informática e microeletrônica. Todavia, esse não foi seu fim único. A grande fraqueza da tese de Gorz, e com certeza seu grande erro, foi considerar esse momento como o único grande impulsionador e transformador da sociedade salarial do pós-guerra e coadjuvante do Estado de Bem-Estar europeu. De fato, a revolução informática abalou de forma significativa a estrutura da sociedade salarial, mas não a extinguiu, muito menos aos modos de trabalho a ela subjacentes. Por outro lado, o próprio desenvolvimento das mudanças do modo de produção capitalista mostrou que a revolução informática e microeletrônica foi apenas uma parte da transformação pós-fordista. Um fato importante a considerar, com relação a esse aspecto, e cujo teor não foi alcançado pela predição de Gorz, é que esse conjunto de transformações não foi capaz de atingir todas as atividades do sistema produtivo capitalista. Em outras palavras, apenas alguns processos produtivos conseguiram absorver as modificações impostas pela racionalização informática e microeletrônica. De modo geral, apenas os setores de produção metal-mecânica, centrais no fordismo, conseguiram absorver com maior vigor esse conjunto de inovações tecnológicas. Outros setores produtivos, com características distintas desse setor central, pouco ou nada absorveram das transformações. Em contrapartida, o trabalho vivo eliminado desses setores produtivos, diferentemente da análise de Gorz, não foi perdido ou extinto, mas deslocado para outros setores paralelos ou subalternos da produção, muitas vezes com requisitos de qualificação exigidos bem mais inferiores. Em suma, de modo distinto do propugnado por Gorz, não houve extinção de nenhuma classe operária, mas observou-se a velha *polarização das qualificações*, por meio da qual um núcleo pequeno de trabalhadores passa a conviver com as inovações informáticas e microeletrônicas e outro, mais numeroso e menos qualificado, é deslocado para áreas de apoio aos setores produtivos informatizados. Por outro lado, ampliando essa discussão, e desqualificando mais ainda a tese de Gorz, a crença na revolução informacional e microeletrônica ao longo da década de 1980 como um movimento definitivo no sistema de produção capitalista foi na verdade errônea. O próprio desenvolvimento do sistema capitalista de produção mostrou que a utopia das *unmanned factories* propiciada pela revolução informacional e microeletrônica, isto é, as fábricas sem trabalhadores, altamente informatizadas e robotizadas, com um contingente mínimo de trabalhadores, foi uma experiência e um movimento passageiro. O que se viu nos anos que se seguiram à euforia informacional foi um verdadeiro recuo nessa tendência, fazendo com

que os sistemas produtivos abandonassem as experiências em prol de uma valorização do trabalho vivo e de sua intensificação intelectual como forma de realização do valor nos sistemas produtivos. Ou seja, a classe trabalhadora foi tomada como elemento central do sistema capitalista de produção. Isso posto, havemos de concluir que a tese propugnada por Gorz é afoita, carecendo de elementos empíricos mais concretos, de modo a sustentar o desaparecimento da classe trabalhadora das fábricas. É certo que o pós-fordismo reduziu consideravelmente o contingente de trabalhadores do interior das fábricas com seu princípio produtivo da *lean factory* e da *lean production*, mas este, por sua vez, sequer foi capaz de eliminar o trabalho vivo de modo a nos dar subsídios para dizer “adeus à classe trabalhadora”. É muito difícil, pois, dar crédito a Gorz quanto ao fim da utopia do trabalho e da não necessidade das pessoas na economia, desacreditando o trabalho como um fundamento do processo de integração social.

Quanto à tese de Offe, algumas considerações que a desqualificam também merecem ser apresentadas. Embora sua tese apresente o cuidado de fornecer elementos empíricos, seu constructo é passível de fortes críticas. O ponto fraco é sem dúvida acreditar nas oscilações do mercado de trabalho, do sistema de produção capitalista e da crise da sociedade do trabalho como uma revolução última e acabada. Muito embora os dados utilizados para corroborar sua tese sejam bastante pertinentes, o autor cai na tentação de generalizar o deslocamento de uma categoria central na sociologia, como o trabalho, justamente a partir de movimentos ainda não acabados na economia. A crise tomada por Offe como referência a seus argumentos não se constitui como uma crise final, mas como um movimento em constante mudança, cujos contornos se alteraram bastante ao longo dos últimos anos, como um caleidoscópio, configurando um quadro heterogêneo passível de diversas interpretações. O argumento de Offe segundo o qual a crise da sociedade do trabalho teria como fundamento a perda da qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da autoestima, das referências sociais e das orientações morais, embasado na análise da crise das oscilações do mercado, a nosso ver, é bastante prematuro. Os motivos alegados pelo autor para tentar descaracterizar o trabalho como uma categoria central da sociologia não são suficientes para sustentar sua proposta. Em momento algum Offe nos mostra como os fundamentos da categoria trabalho elaborados pelos autores clássicos da sociologia são passíveis de desconstrução quando confrontados com seus argumentos. O que se observa no trabalho de Offe são meras especulações motivadas por um movimento cíclico da

economia, e jamais uma crítica capaz de desmontar o edifício teórico da sociologia. Uma vez que o autor não demonstra a pretensão de fundamentar essa crítica, o que então se poderá dizer sobre uma crítica de descentramento aos constructos do trabalho erigidos por Hegel? Tal iniciativa é inexistente em seu trabalho. Mas o pecado maior da tese de Offe não recai sobre essa polêmica. A nosso ver, a grande falha se dá quando o autor tenta associar o processo de diferenciação, fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho ao crescimento do setor terciário da economia e à prevalência, nesse setor, de uma racionalidade específica e diversa daquela prevalecente no setor industrial. Ao demonstrar que a economia de serviços apresenta uma heterogeneidade de trabalho muito grande, a qual não permite a ocorrência de critérios de produtividade e de racionalidade técnica diferentes daqueles observados no setor industrial, e motivados por uma nova racionalidade de tipo comunicativo nos moldes habermasianos, Offe comete um grande equívoco. Mesmo que não mencione o fato de que o setor de serviços integra o mundo dos negócios e da economia – em que dinheiro, trabalho, administração, finanças e burocratização são conceitos dominantes –, ele não pode esquivar-se de admitir de que se trata da velha racionalidade instrumental a conduzir as ações dos atores sociais nesse setor ora emergente. É possível aceitar que o pós-fordismo em suas novas configurações sociais tenha aberto espaço para a emergência de novas racionalidades, mas aceitar que nesse sistema elas se sobreponham e mantenham a primazia sobre a instrumentalidade é outra coisa. Uma vez que Offe se omite em admitir a prevalência da instrumentalidade no setor de serviços, fica muito difícil dar crédito à sua tese de que a categoria trabalho deixa de ser central para explicar a vida social.

Com relação a Schaff, embora o autor esteja correto quanto ao argumento de que a transformação revolucionária da ciência e da técnica provoca modificações na produção e nos serviços e, conseqüentemente, produz mudanças nas relações sociais, sua tese não escapa ileso às críticas, e algumas questões devem ser colocadas. A primeira diz respeito à forma como o autor trata a questão da revolução informacional. De modo análogo aos outros autores já discutidos, a nosso ver Schaff incorre no mesmo erro de considerar a revolução da informática como algo já acabado no contexto da reestruturação do capitalismo. Assim, o autor está sujeito ao mesmo conjunto de críticas já levantadas contra a tese de Gorz e, de certo modo, contra a de Offe. O segundo ponto, ainda mais polêmico, diz respeito ao pressuposto sustentado por Schaff de que a sociedade informática é capaz de dar fim à forma abstrata do trabalho na sociedade

capitalista. O fenômeno do desemprego estrutural ocasionado pela expansão da informática e a transformação do modo de trabalhar, com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, e a conseqüente liberação do tempo livre de trabalho, levaram Schaff a acreditar na diminuição da quantidade de trabalho abstrato envolvido na produção de valor. Nesse sentido o autor parece desconhecer a forma como se procedeu e se desenvolveu a revolução da informação no contexto do pós-fordismo. Schaff é ingênuo ao considerar a revolução informacional como algo desconectado do processo de produção de valor; é muito superficial ao não perceber que o rearranjo proposto pela revolução informacional na verdade não elimina o trabalho abstrato, mas o redistribui tanto nas atividades informatizadas como nas atividades relegadas a terceiros ou a outros planos não atingidos pela informática.

Segundo Schaff, a revolução informacional é capaz de se expandir a todos os setores produtivos e formas de vida social, eliminando a classe trabalhadora, a propriedade privada dos meios de produção, os serviços em larga escala e a classe capitalista. Na realidade, nos anos que se sucederam aos escritos de Schaff, não foi isso que o mundo do pós-fordismo produziu. A revolução informacional não conseguiu atingir todos os setores e sistemas de produção, menos ainda da vida social. As *unmanned factories* de fato existem, mas foram poucas e se mostraram totalmente inviáveis na produção de valor, com concentração de grandes investimentos em capital fixo e uma composição orgânica do capital muito alta e com conseqüente redução da taxa de lucro. A classe trabalhadora nunca foi totalmente, nem parcialmente, eliminada. Muito menos se assistiu, até hoje, ao fim da propriedade privada dos meios de produção e dos serviços, ou da classe capitalista. São essas constatações, entre outras, que refutam a tese de Schaff e a tornam incapaz de dar sustentação ao fim do trabalho abstrato. É impossível para nós admitir o pós-fordismo como uma era na qual tudo que gira ao nosso redor é provido única e exclusivamente de utilidade, trabalho útil, trabalho concreto.

Por fim, em relação às ideias de Kurz, muito embora o autor concorde com a tese central da teoria marxista acerca da contradição entre as forças produtivas e do caráter nebuloso das relações de produção, outros pontos dessa mesma teoria são negados. De fato, é louvável sua constatação sobre a impossibilidade de ruptura do socialismo com a forma de valor da sociedade capitalista, tecendo, assim, uma crítica profícua acerca dessas questões fora do âmbito da sociedade capitalista. Todavia, sua tese perde brilho quando ele prognostica de maneira determinística a agonia e o fim do trabalho abstrato, da força de trabalho e das classes sociais. Tal como Gorz, Offe e Schaff, Kurz

equivoca-se quando toma o avanço tecnológico informacional como uma revolução acabada. De fato, como já apontado nos outros autores, o momento da reestruturação capitalista é apenas um capítulo na longa história de afirmação de um novo compromisso produtivo. A ilusão da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto nos sistemas produtivos, por si só, não é suficiente para que se sustente a tese do fim do trabalho abstrato. Por outro lado, ao apresentar uma aproximação com a teoria marxista, Kurz poderia ter ampliado a análise sobre o caráter contraditório da composição orgânica do capital e da taxa de lucro, o que, evidentemente, não fez. Seus argumentos perdem força. Ademais, é controversa a proposta de uma ação militante propugnando o rompimento da forma de mercadoria de relações sociais, quando o autor identifica justamente tal rompimento com a perda da capacidade transformadora e revolucionária da classe trabalhadora. Diante disso somos levados a duvidar do prognóstico da nova racionalidade que Kurz imagina vingar.

Uma vez apresentados e discutidos os principais pontos do debate sobre centralidade da categoria trabalho, é evidente que, pela riqueza das propostas e dos elementos discutidos, o movimento surgido e o debate gerado foram de grande valia, ainda que a tentativa de desconstruir ou superar a centralidade da categoria trabalho no pensamento social tenha se mostrado inconsistente. Resta-nos, portanto, aguardar o término da crise cíclica do capitalismo para averiguar o que o destino propõe à sociologia, ou, ao contrário, acreditar na solidez e longevidade do trabalho como categoria central da análise social.

Referências Bibliográficas

- CASTORIADIS, Cornelius. (1975), *L'institution imaginaire de La société*. Paris, Seuil.
- DURAND, Jean-Pierre. (1995), *La Sociologie de Marx*. Paris, La Découverte.
- DURKHEIM, Émile. (1978), *De la division du travail social*. Paris, PUF.
- . (1983), *Le suicide*. Paris, PUF.
- GORZ, André. (1980), *Adieu au prolétariat: au delà du Socialisme*. Paris, Galilée.
- . (1982), *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Trad. Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- HABERMAS, Jürgen. (1968), *Technik und Wissenschaft als Ideologie*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main.
- . (1976), *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main.
- . (1978), “Técnica e ciência como ideologia”. In: BENJAMIN, W., HORKHEIMER,

- M., ADORNO, T. & HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural (col. Os Pensadores, 48).
- . (1981), *Theorie des Kommunikativen Handelns* (Band I: Handlungsrationaliät und Gesellschaftliche Rationalisierung; Band II: Zur Kritik der Funktionalistischen). Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main.
- . (1983), *Para a reconstrução do materialismo histórico*. Trad. Carlos Néelson Coutinho. São Paulo, Brasiliense.
- . (1984), *The Theory of Communicative Action*. Boston, Beacon Press, v. 1 e 2.
- . (1987a), *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa, Edições 70.
- . (1987b), *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid, Taurus, t. I e II.
- . (1990), *Para a reconstrução do materialismo histórico*. 2ª edição. São Paulo, Brasiliense.
- HEGEL, G. W. F. (1982), *La philosophie de l'esprit de La "Realphilosophie" – 1805-1806*. Paris, PUF.
- . (1991), *Phénoménologie de l'esprit*. Paris, Aubier.
- KURZ, Robert. (1991), *Der Kollaps der Modernisierung. Vom Zusammenbruch des Kasernensozialismus zur Krise der Weltökonomie*. Eichborn, Auflage.
- . (1992), *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LALLEMENT, Michel. (2007), *Le Travail: Une Sociologie Contemporaine*. Paris, Gallimard.
- LEFEBVRE, Henri. (1966), *Sociologie de Marx*. Paris, PUF.
- NAVILLE, Pierre. (1970), *Le nouveau Léviathan. 1 – De l'aliénation à la jouissance*. 2 ed. Paris, Anthropos.
- OFFE, Claus. (1984), *Arbeitsgesellschaft: Strukturprobleme und Zukunftsperspektiven*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main.
- . (1989), *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho* (v. I: *A crise*; v. II: *Perspectivas*). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- SCHAFF, Adam & FRIEDRICHS, Gunter. (1982), *Microelectronics and Society: For Better or for Worse*. Oxford, Pergamon Press.
- . (1990), *A sociedade informática*. São Paulo, Brasiliense.
- WEBER, Max. (2003), *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard.

Resumo

A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o debate sociológico contemporâneo acerca da perda da centralidade da categoria trabalho surgido nas últimas décadas do século XX. O artigo analisa a pertinência da categoria trabalho no pensamento social, evidenciando sua afirmação antes do surgimento da sociologia. Também são analisadas as propostas de Habermas, Gorz, Offe, Schaff e Kurz, considerados os precursores mais importantes desse debate.

Palavras-chave: Sociologia do trabalho; Teoria social; Centralidade do trabalho.

Abstract

The work category in contemporary capitalism

This paper aims to discuss the contemporary sociological debate on the decline in the centrality of work as a category over the final decades of the 20th century. It also analyzes the importance of the work category in sociological thought, showing how it in fact appeared before the emergence of sociology. Finally the paper examines the approaches of Habermas, Gorz, Offe, Schaff and Kurz, considered as the most important precursors to this debate.

Keywords: Sociology of work; Social theory; Centrality of work.

Texto recebido em 18/8/2009 e aprovado em 15/8/2011.

Luís Antônio Cardoso é sociólogo, mestre e doutor em Engenharia de Produção pela UFRJ e doutor em Sociologia pela Université d'Évry, Paris. É professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, Rio de Janeiro, e autor de *Après-fordisme et participation* (Lille, Septentrion, 2002) e de *O pós-fordismo: visões e teorias da reestruturação produtiva contemporânea* (Brasília, Verbenal Francis, no prelo). E-mail: <lue-mar@domain.com.br>.